

# APRENDIZADO POLÍTICO EM TEMPOS DE CRISE: NOTAS DE PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA DE FELISBERTO CALDEIRA BRANT NOS ANOS DA INDEPENDÊNCIA (1821-1822)

Vanessa da Silva Nascimento<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho, resultado de uma pesquisa em desenvolvimento, propõe discutir a trajetória de Felisberto Caldeira Brant Pontes Horta, o Marquês de Barbacena, no processo de construção do Estado e da nação brasileiros. Mineiro, Caldeira Brant residiu por muitos anos na Bahia e seu percurso político e econômico acompanha as rápidas alterações verificadas na capitania, sobretudo, a partir da instalação da família real no Brasil, em 1808. Procuramos evidenciar que a construção do Estado nacional brasileiro não se efetivou de maneira harmônica, pelo contrário, o embate de ideias e proposições, capitaneadas por indivíduos e grupos políticos, demonstra que a crise do absolutismo monárquico no Brasil Reino abriu fecundas possibilidades de formulação de projetos e de participação política.

**Palavras-chave:** Política. Bahia. Marquês de Barbacena.

Durante muito tempo, sobretudo no decorrer do século XIX e em princípios do seguinte, a política assumiu uma predominância nos estudos históricos, a ponto de ser confundida com a própria história. Por essa época, a produção historiográfica privilegiava os grandes acontecimentos, os heróis, as guerras, enfim, os grandes eventos. Era a história factual, na qual o Estado exercia um papel central. Embora a crítica mais sistematizada à história política, tal como era produzida até então, tenha sido elaborada pelos historiadores que se reuniram em torno da revista e do movimento dos *Annales*, não foram eles, contudo, os primeiros a contestarem essa narrativa histórica. Por volta do século XVIII, durante o Iluminismo, alguns estudiosos já haviam se manifestado contrários a uma história dos acontecimentos excessivamente preocupada com guerras, batalhas, diplomacia, reis, papas, chefes militares, enfim, com o papel do Estado, e que desprezava as leis, o comércio, as massas anônimas, a vida da nação em seu conjunto. Segundo Marieta Moraes Ferreira:

A história política reunia, portanto, um número infindável de defeitos - era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante - que uma nova geração de historiadores desejava liquidar. Era chegada a hora de passar de uma "história dos tronos e das dominações" para aquela dos povos e das sociedades (1992, p. 268).

Após sofrer duras críticas como consequência da profunda renovação proposta para os estudos históricos que resultaria no alargamento da concepção acerca da natureza do conhecimento histórico, no início do século XX, a história política foi secundarizada nos estudos acadêmicos dos principais centros de elaboração

historiográfica, em quase todo o mundo. Nos anos 1970 verificou-se o chamado renascimento da história política, indicando que mudanças ocorridas na sociedade exigiram um novo posicionamento por parte dos historiadores. Atualmente vários estudos são feitos com essa perspectiva de análise. Para Francisco Falcon, todavia, essa trajetória da História dita tradicional, nem chegou a ser tão linear: hegemonia, depois crise e renascimento. Ele defende:

Na verdade, de 1929/30 aos anos pós 45, a história política cada vez mais tradicional, precisa ser encarada em termos de duas trajetórias paralelas e bem distintas: a trajetória de seu processo de condenação pelos Annales e a outra, da sua sobrevivência e lenta recuperação (1997, p. 258).

Nesse processo de retomada e revisão, a política deixou de ser considerada como elemento da superestrutura e passou a ser vista como elemento dinâmico que abrangia além dos eventos, fenômenos sociais de longa duração – como exemplo a conformação de uma mentalidade política de um grupo – não dissociado de outros campos da realidade social, inclusive das questões culturais.

Do ponto de vista do fazer historiográfico, evidenciou-se que a história política também poderia se debruçar sobre novos objetos e metodologias. Toda essa reviravolta é atribuída pelos estudiosos à própria dinâmica da realidade social. Nas palavras de René Rémond:

Não se trata de uma volta atrás ou de uma restauração, quando, na verdade, trata-se de algo completamente diferente, de uma outra história, que se beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político para a frente do palco (1994, p. 14).

O debate sobre a centralidade da história política é fecundo e ainda inconcluso. No Brasil, a ampliação dos estudos com essa temática tem sido perceptível, seja em virtude da ampliação de cursos de graduação e de pós, seja pelas próprias exigências postas para o historiador de compreensão sobre a conformação do Estado brasileiro em suas variadas dimensões.

No que se refere ao estudo aqui proposto, ressalta-se que, a despeito da abordagem enfatizar uma personagem importante no processo político de definição do Estado imperial, será fundamental não perder de vista a conjuntura mais ampla na qual a província da Bahia se encontra inserida na década de 1820. A pesquisa nas fontes documentais e bibliográficas realizadas até o momento indica que os anos de constitucionalismo no Brasil e, mais especificamente na Bahia, foram de grande dinamismo e aprendizado político. Isso pressupõe evidenciar que a construção do Estado nacional brasileiro não se efetivou de maneira harmônica, mas pelo contrário, o

embate de ideias e proposições políticas, capitaneadas por indivíduos e grupos políticos, demonstra que a crise do absolutismo monárquico no Brasil Reino abriu fecundas possibilidades de formulação de projetos e de participação política.

Desse modo, não se pode falar de um projeto político harmônico de organização do Estado independente, mas em ideias e posicionamentos que, na dinâmica do processo, gestaram uma organização política bastante peculiar. Estudos recentes têm apontado para a diversidade de intervenção política naqueles anos ao ressaltarem a amplitude das alterações advindas dos movimentos revolucionários característicos de fins do século XVIII. Como essas alterações, vistas no âmbito da América portuguesa, exigiram dos homens do período a busca de alternativas para a crise então instalada é o que se pretende discutir. Nesse contexto, o papel exercido pelas elites dirigentes letradas recusa a constatação de homogeneidade política haja vista as diferentes intervenções no decorrer dos anos de crise. Parte integrante do Império português, a colônia americana não ficou imune às transformações políticas que sacudiram o alicerce das monarquias absolutistas na Europa a despeito da engrenagem política e administrativa que pretendia submetê-la à metrópole.

De fato, o Império Português <sup>2</sup>, implantou no Brasil colônia um determinado modelo de administração, dentro dos moldes do sistema colonial que já era praticado em outras possessões, contudo, como tem sido amplamente demonstrado pelas pesquisas recentes<sup>3</sup>, na prática, esse modelo foi apropriado e modificado na dinâmica das relações estabelecidas e que não estavam presas às intenções do colonizador.

A crise do Antigo Regime em fins do setecentos que causou grandes alterações em toda a Europa, das quais Portugal não conseguiu escapar, e cujo ápice se dá no deslocamento da Corte Portuguesa para o Brasil, significou uma reviravolta extrema nas relações estabelecidas até aquele momento. De modo crescente, novas e amplas contradições foram produzidas em decorrência de uma conturbada conjuntura que não se explicam por meio do uso de categorias simples. Esse movimento de ajuste e de desordem, de controle e de desagregação gerou uma dinâmica complexa. Compreender as mediações integrantes desse processo exige uma apuração bastante minuciosa.

A pesquisa, ainda em andamento, busca apreender o movimento pelo qual o Estado imperial foi edificado a partir do desmonte do Império português com ênfase na contribuição de Felisberto Caldeira Brant Pontes Horta. Pretende-se discutir as suas formulações acerca das alterações políticas do período com base nos escritos e correspondências mantidas com diversas autoridades. A sua trajetória confunde-se com

as transformações na América portuguesa intensificadas com a chegada da família real. Assim, a análise do seu percurso político deverá evidenciar as relações que se estabelecem entre um indivíduo e os movimentos da história (SCHMIDT, 1997, p. 18).

Nascido na capitania de Minas Gerais, no arraial de São Sebastião próximo a Mariana, em 19 de setembro de 1772, Caldeira Brant fez seus estudos na Academia da Marinha de Lisboa, segundo seu biógrafo <sup>4</sup>, tendo assumido o posto de capitão de mar e guerra aos 19 anos. Serviu em Angola durante dois anos e somente se fixou na Bahia em 1801 como tenente-coronel do regimento local. Paralelo às suas atividades como militar, investiu na área comercial tornando-se um dos maiores proprietários da capitania. Não restam dúvidas que foi um dos beneficiários das mudanças propiciadas na Bahia no campo político e econômico em razão da conjuntura dos primeiros anos do Oitocentos.

A atuação do brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes como inspetor geral, ele próprio um grande proprietário de terras e escravos, mostra que a questão da segurança na Bahia, a despeito das constantes queixas para atingir o rigor desejado entre os oficiais, teve nesse período uma centralidade fundamental. As fontes documentais demonstram que Caldeira Brant buscou imprimir nas forças armadas uma disciplina e organização que via como fundamentais para a instituição de uma força militar coerente com as necessidades de preservação da ordem e garantia da segurança. Não foram poucas as vezes que reclamou das dificuldades para efetivar seu intento. Altos índices de deserção e de pedidos de baixa, indisciplina, oficiais despreparados, irregularidades no provimento dos postos estão entre alguns dos problemas que identificou nos corpos militares na Bahia no momento em que assumiu a inspetoria, em 1811<sup>5</sup>. De qualquer maneira, tudo indica que se tornou um dos grandes apoiadores do governador da Bahia na época, d. Marcos de Noronha e Brito, a despeito das divergências existentes entre eles. De súdito fiel ao monarca português, as mudanças políticas decorrentes do constitucionalismo na década seguinte exigiriam um novo posicionamento do inspetor.

As primeiras notícias sobre as alterações ocorridas em Portugal chegaram a Salvador possivelmente em outubro de 1820, a considerar as informações registradas por Felisberto Caldeira Brant Pontes em duas cartas enviadas para Lisboa. Na primeira, endereçada a Joaquim Pereira d'Almeida e Cia., provavelmente um dos seus sócios, o Inspetor Geral das Tropas escreveu que no dia 27 daquele mês “fomos surpreendidos com a infausta nota da Revolução do Porto, que acreditei a vista da Proclamação dos Governadores do Reino em data de 29 de agosto” trazida por um pacote inglês que

aportou em Salvador. Caldeira Brant também acreditava que “a peste revolucionária parece ser a moléstia do nosso século, e se ela lavrou além do Porto, espero eu que V.S. teria a prevenção de mandar quanto antes meu filho para o Rio ou para Londres”. Contudo, diante do inesperado, “nenhuma providência antecipada” poderia ser tomada a respeito. Na segunda carta, destinada ao filho, também expressa suas incertezas: “Se os Exmos. Governadores do Reino tiverem conseguido sufocar o mal na sua origem, bem está, se porém lavrou pelo resto do Reino, espero eu que aproveitaria a primeira oportunidade de embarcar para o Rio ou para a Inglaterra. Para ali seria uma ação que agradaria a El Rei N. Sr. e tenho algum pressentimento de que o farias na Companhia do Exmo. Sr. Conde de Palmella, mas para Londres seria mais útil afim de acabar os teus estudos”. (1973, s/p)

A despeito do tom depreciativo do texto sobre os envolvidos e o movimento, como seria de esperar, é possível que Caldeira Brant, um homem experiente e bem-articulado, estivesse convencido de que algo realmente notável havia se processado no Reino europeu. Ocupando o cargo de Inspetor Geral das Tropas da capitania desde 1811 e com amplos contatos comerciais na Europa, acreditava que “a peste revolucionária” se alastrava pelo mundo Ocidental. Posteriormente, os próprios governadores do Reino português aderiram ao movimento. No entanto, como ele mesmo havia afirmado em sua missiva, o espoucar dessas situações tinha como característica a imprevisibilidade. Assim, é possível que a rapidez com que as ideias liberais ganharam força na Bahia tenha surpreendido até mesmo os sabedores do potencial irruptivo de seus residentes.

De acordo algumas indicações, em sua passagem pela Bahia, o conde de Palmela havia tido longas conversas com Caldeira Brant sobre o seu projeto político de implantar no Reino Unido um governo de aristocratas semelhante ao modelo inglês. Ambicioso, teria prometido ao inspetor e proprietário um lugar garantido após a efetivação da sua proposta. Palmela não tinha interesse na revolução e muito menos na independência do Brasil. Pretendia assegurar a união do Reino “e formar também no Brasil, dentre as pessoas da sua escolha, os instrumentos desta aristocracia, da qual seria ele o chefe”. (1982, t. I, p. 501) A hesitação inicial de Caldeira Brant no decorrer dos acontecimentos na Bahia teria sido em função desse contato com o conde de Palmela que o havia convencido dos inconvenientes de uma revolução e da necessidade de garantir a permanência de d. João VI no Brasil. (AMARAL, 1957, p. 18)

No dia 10 de fevereiro de 1821, foi oficializada a adesão da Bahia ao governo de Portugal e organizada uma Junta Provisória destinada a conduzir a província até o

juramento da constituição a ser elaborada pelas cortes portuguesas pelo monarca. A composição do governo provisório refletiu o desejo de manter certa estabilidade política incluindo a representação dos principais segmentos da sociedade: clero, milícia, comércio, agricultura e cidade. Contrário às definições políticas que se encaminhavam na Bahia, poucos dias depois o brigadeiro se retirou para o Rio de Janeiro juntamente com o último governador das armas, o Conde da Palma. Segundo seu biógrafo, Caldeira Brant chegou ao Rio de Janeiro em 22 de fevereiro “a tempo para presenciar na Capital do Reino revolução idêntica a da Bahia, e pelos mesmos motivos”. O certo é que, ao se aproximando de d. Pedro, o antigo inspetor das armas na Bahia desempenharia mais tarde importante papel no processo de reconhecimento da Independência do Brasil pelos países Europeus. (CALÓGERAS, 1932, p. 23)

Do exterior, Felisberto Caldeira Brant manteve permanente contato com as autoridades do Império, sobretudo José Bonifácio, expondo a sua visão sobre os acontecimentos ao mesmo tempo em que buscava influir na definição dos rumos do novo Estado independente. Por meio da sua vasta correspondência, é possível não apenas apreender como percebe as mudanças políticas no Brasil, como também as divergências que expressa acerca dos projetos políticos em disputa nas províncias evidenciando a concepção que possuía sobre a Nação brasileira ainda em formação.

Enquanto esteve na Europa, o Marques expressou suas opiniões e teceu suas articulações políticas. Suas correspondências trazem elementos que nos permitem dialogar com esse personagem histórico. Caldeira Brant se posicionava sempre com muita firmeza sobre as questões políticas da época. Nas cartas, reafirma sua condição favorável na Europa, onde gozava de boas relações com pessoas influentes, indicando ter plena consciência da importância do papel que desempenhava enquanto tratava de negócios do interesse do Brasil.

Dirigindo-se ao Barão de Santo Amaro, José Egídio Álvares de Almeida, em 02 de abril de 1822, a respeito das exigências das Cortes quanto ao retorno de D. João VI, Caldeira Brant escreveu: “[...] Guerra civil, anarquia, desunião de Portugal, enfim todos quantos males affligem a triste humanidade excepto peste, terremoto que não existem no Brazil, me parecerão iminentes a nossa Pátria, logo que S.A.R se retirasse”. (Cartas sobre a Independência, de 1822 a 1823. 1947, p. 239)

Ele sempre se manteve fiel à Coroa e reitera essa fidelidade em suas falas que também evidenciam sua preocupação com o futuro político do Brasil. A astúcia política fica ainda mais evidente em seu discurso, quando, na carta mencionada acima, fala dos

esforços empreendidos para a compra de dois paquetes a vapor que, segundo afirma, cumpririam a tarefa de facilitar a comunicação entre as regiões do Brasil. Naquela conjuntura era necessário fazer com que as notícias circulassem com maior agilidade, além do que, propiciaria a construção da unidade do território.

Noutro documento, datado de 1º de maio de 22, remetido a José Bonifácio, o principal ministro de D. Pedro, então príncipe regente, não deixava dúvidas quanto à sua crença na necessária e inevitável mudança nas relações entre Brasil e Portugal. Destaca o que chamou de “sinistras intenções” das Cortes de Lisboa que pretendiam subjugar o Brasil e, por fim, pondera: “A vista de tantas, tão injuriosas offensas, como pode continuar ainda qualquer trato ou comunicação com semelhante gente debaixo dos princípios athe aqui adoptados?” (p. 241).

Sua argumentação indica que possuía uma visão ampla dos acontecimentos que envolviam a Europa e a América. Em diversos momentos, adverte o necessário uso da prudência na tomada de decisões diante de um cenário político tumultuado. É o que transparece ao alertar José Bonifácio sobre os riscos de medidas inadequadas:

Deve-se pois romper todo o projecto que não seja fundado nas novas bazes que tenho a honra de expor abaixo a V. Ex.<sup>a</sup>. Não proponho a declaração de Independência ou Aclamação de S.A.R no Brazil, porque essa medida tornando-o desobediente a Seu Pay e privando-o da herança de Portugal taobem embaraçaria o reconhecimento dos soberanos d’Europa que estimando, e aprovando todos a resolução de ficar S.A.R no Brazil, não podem fazer acto algum publico contra os princípios da Legitimidade garantidos pela Santa Alliança, quando alias em Regente do Brazil, e fazendo o que adiante lembro, será reconhecido por todos os Soberanos, terá a gloria de fundar hum novo Império, e mudará a triste sorte de Seu Pay, e de Portugal (p. 241).

Além de demonstrar plena ciência da dimensão das mudanças políticas em curso, e certamente por isso mesmo, Caldeira Brant busca, mesmo à distância, convencer as autoridades no Brasil, principalmente José Bonifácio, de que as intervenções políticas deveriam ser muito bem pensadas e articuladas sob o risco de estimular atos contrários aos pretendidos. Em 03 de junho de 1822, diria: “[...]excuso lembrar a V.Ex.<sup>a</sup> que todo o cuidado será pouco para evitar medidas que cheirem a Despotismo. Emfim, Senhor, não há tempo a perder trata-se de salvar a Pátria, assim como nossas vidas e fazenda” (p. 248) Em determinado momento, sugere ao ministro que busque o apoio de outros países que passavam pelo processo de independência, como Chile, Bolívia e Colômbia. Defende que era importante reconhecer os novos governos que passavam por dificuldades financeiras, o que seria uma boa oportunidade de aproximação e fortalecimento dos laços com o Brasil, algo que poderia ser bastante

útil. Sugere ainda a possibilidade de articular apoio de Londres para a concretização dessas articulações. Curioso notar a amplitude das táticas e estratégias propostas pelo antigo inspetor de armas da Bahia que envolviam uma vasta rede de contatos que incluía, sobretudo, a Bahia e o Rio de Janeiro.

Mesmo fora do Brasil por longo período, Caldeira Brant continuou acompanhando atentamente o desenrolar dos acontecimentos com uma visão minuciosa dos fatos. As cartas de sua autoria e que foram preservadas oferecem grandes possibilidades para a continuidade dessa pesquisa com o intuito de compreender a dinâmica política nos anos de Independência, assim como a sua percepção sobre o processo de construção do Brasil enquanto nação.

<sup>1</sup> Vanessa da Silva nascimento, graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Especialista em História: Política, Cultura e Sociedade pela UESB; e em História da Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC); e membro do Grupo de Pesquisa Estado e Política (GEPS) do Museu Pedagógico da UESB. E-mail: evanessinha@hotmail.com

<sup>2</sup> SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.) *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. O conceito de império compreende o conjunto de relações que deram vida à dinâmica ultramarina portuguesa nos tempos modernos. A opção por esse conceito vem se enunciando a partir da percepção de que a análise das relações entre metrópole e colônia não é mais suficiente para explicar a complexidade das redes e conexões que ligaram os diferentes domínios ultramarinos, entre si e com o centro da monarquia.

<sup>3</sup> Um exemplo de estudo sobre o tema pode ser visto em r JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

<sup>4</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. *O marquês de Barbacena*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

<sup>5</sup> Cartas sobre a Independência, de 1822 a 1823. ARQUIVO NACIONAL. *Livro dos termos: homenagens e assentos*. Rio de Janeiro: Typografia do Arquivo Público Nacional. 1947. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/livrodostermosh00bragoog#page/n13/mode/1up>>. Acesso: 26 junho 2011.



## Fontes:

Cartas sobre a Independência, de 1822 a 1823. ARQUIVO NACIONAL. *Livro dos termos: homenagens e assentos*. Rio de Janeiro: Typografia do Arquivo Público Nacional. 1947. Disponível em: <[http://www.archive.org/stream/livrodostermosh00bragoog#page/n13/\\_mode/lup](http://www.archive.org/stream/livrodostermosh00bragoog#page/n13/_mode/lup)>. Acesso: 26 junho 2011.

Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. *Economia açucareira da Bahia em 1820*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, Junho de 1973, s/p

## Referências Bibliográficas

AMARAL, Braz H. do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R (Orgs.). *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevir, 1997.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia (anotadas por Braz do Amaral)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931, v. III.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da Metrópole**. In: MOTA: Carlos Guilherme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova “Velha História”: O retorno da História Política**. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

FRAGOSO, João. **“Elites Econômicas” em finais do século XVIII: Mercado e política no centro-sul da América Lusa. Notas de uma pesquisa**. In: JANCSÓN, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

MORAES, Alexandre José de Mello. *História do Brasil-Reino e do Brasil Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, t. I.

RÉMOND, René. **Por que a História Política**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de

Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

ROSANVALLON. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, n° 30, pg 9-22. 1995.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e afastamentos**. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1997.

SLEMIAN, Andréa. **Impasses na Construção da Cidadania**. In: JANCSÓ, István (Org.). Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **O "nascimento político do Brasil". As origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **Bahia: de capitania a província, 1808-1823**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08102009-165107/>>. Acesso em: 2012-01-28.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **A guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003;

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP/ Salvador EDUFBA. 2001.